



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA N.º 12/2011

----- Acta da reunião ordinária realizada aos vinte e dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze. -----

----- Aos vinte e dois dias do mês de Junho de dois mil e onze, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, iniciando-se a reunião sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmervaldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores, José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascenção Fraga, José Manuel Saraiva Cardoso e Marco Alexandre Lucas Veiga. -----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

----- De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos: -----

1. Aprovação da acta da reunião anterior.

2. Intervenção do público.

3. Período Antes da Ordem do Dia.

4. Ordem do Dia

4.1. Ratificação do Interlocutor Municipal – IMI, indicado pela Câmara Municipal de Manteigas, conforme o referido na circular 97/2011 - AGIRAO da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses.

4.2. Deliberação sobre o Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Arquivo Distrital da Guarda e a Câmara Municipal de Manteigas.

4.3. Deliberação sobre o Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho (FCT) a celebrar entre o Município de Manteigas e a Escola Secundária Campos de Melo, Covilhã.

4.4. Deliberação sobre a informação nº 01-2011/Informática – LE, datada de 06 de Junho de 2011, referente à ADSI – Custos com Comunicações.

4.5. Deliberação sobre o e-mail remetido pelo Senhor João S. Martins, datado de 8 de Junho de 2011, referente ao livro “Mãos verdadeiras”.

4.6. Deliberação sobre a proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo para Frequência do Ensino Superior.

5. Conhecimento dos Actos Praticados por Delegação de Competências.

Aprovação da acta da reunião anterior.-----

----- Achada conforme, a acta da reunião anterior foi aprovada e assinada, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto de o seu texto ter sido, previamente, distribuído. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia observou que na acta, que estavam a aprovar, não foi incluída a tabela com a descrição dos actos praticados referente às aquisições de serviços – requisições, tal como já havia solicitado e tendo em conta que ninguém se tinha manifestado contrariamente. -----

-----A Assistente Técnica, que assessoria a secretaria das reuniões de Câmara, Fernanda Cardoso clarificou que a tabela não foi inclusa, porque não houve deliberação expressa, pelo que não podia reproduzir na acta a mesma, enquanto essa formalidade não acontecesse. -----

-----O Senhor Presidente referiu que essa questão seria vista, tendo em conta que, de facto, não houve deliberação expressa. -----

Intervenção do público. -----

-----Não houve público inscrito a fim de intervir na reunião. -----

Período Antes da Ordem do Dia. -----

-----O Senhor Presidente propôs que, dada a actualidade política nacional e empossado o décimo nono Governo Constitucional, a Câmara Municipal deliberasse a apresentação, ao novo Governo, de um voto de felicidades, de trabalho profícuo e de resoluções concretas das questões que afectam o País, por forma a melhorar a qualidade de vida de todos os concidadãos e, em particular, com ênfase acentuada ao Concelho de Manteigas. -----

Continuou dizendo que a felicitação também se dirigia, em particular, a sua Excelência o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, Professor Doutor Vítor Gaspar, ilustre académico, técnico com provas dadas em diversas instituições e instâncias quer nacionais, quer estrangeiras e descendente de uma família de Manteigas, cujos familiares directos, ainda estão presentes no seio da comunidade Manteiguense. No fundo, demonstrar-se o afecto, a amizade e o orgulho de Manteigas em o ter, como segunda figura do Governo detentora de um papel preponderante e importantíssimo na gestão do País e das Finanças, praticamente um conterrâneo. -----

De seguida, informou que tais felicitações seriam transmitidas por ofício dirigido a ambos, ao que todos os presentes na reunião se associaram nesta manifestação de congratulações. -----

Proseguiu dando conhecimento de que foi iniciado o Plano de Poupança Energética com a Iluminação Pública, mais efectivo do que algumas acções que já vinham sendo desenvolvidas. Acrescentou que resulta da constatação de, há cerca de um ano, que havia uma série de locais no Concelho, onde estavam implantadas muitas luminárias, que apenas iluminavam zonas desabitadas onde, habitualmente, não circula ninguém durante a noite. Houve o cuidado de verificar quais eram as zonas de passagem, o fluxo de pessoas durante a noite e, depois deste estudo, foi feito o levantamento e apresentado o projecto à EDP que, finalmente, está a ser implementado. Aditou que, quando a Câmara for confrontada com algumas situações, como por exemplo, algum munícipe relatar que existe uma lâmpada fundida, situação que pode acontecer,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

todavia, poderá ser uma das cerca de cem luminárias que foram desligadas propositadamente, devido ao consumo supérfluo de energia. Por outro lado, foi solicitado à EDP que regulasse os relógios astronómicos, que controlam cada um dos circuitos implantados nos PP's (postos públicos), de forma haver um *décalage* de uma hora no tempo de funcionamento dos mesmos e no tempo de fornecimento de energia. Ou seja, durante a manhã, as lâmpadas de iluminação pública desligar-se-ão quarenta e cinco minutos antes e, à tarde, ligar-se-ão quinze minutos depois, originando uma poupança diária de cerca de sessenta minutos. No futuro, verificar-se-á qual o impacto desta acção na factura, contudo, pensa-se que será uma redução significativa e que certamente, também terá o seu impacto nas contas do Município. -----

Finalizou comunicando aos Senhores Vereadores que o Senhor Reverendo Padre Sérgio Paulo Duarte Mendes entregou, em mão própria, um convite para a participação da Câmara, com o seu estandarte, na Solene Procissão do Santíssimo Corpo de Deus, no dia vinte e três de Junho do corrente ano, com saída da Igreja de São Pedro, às dezassete horas e trinta minutos. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso solicitou a palavra para referir que no que toca ao que se passou com a assinatura do Contrato Local de Desenvolvimento Social, toda a gente se recorda que o assunto foi agendado para reunião de Câmara e foi retirado da ordem de trabalhos porque, na altura, não tinha sido apresentada uma proposta fundamentada e não havia parecer da Segurança Social. O assunto nunca mais foi agendado e, no dia anterior à presente reunião de Câmara, tomou conhecimento do anúncio intempestivo da assinatura do contrato. Salientou que está perfeitamente de acordo, e nem podia ser de outra maneira, com o Contrato Local de Desenvolvimento Social, contudo, toda a forma como isto aconteceu merece as suas críticas. -----

Prosseguiu dizendo que os Vereadores da Câmara não são o órgão fiscalizador da Assembleia Municipal, mas também não podem ficar indiferentes ao que se passa na mesma. E, na última Assembleia Municipal, existiram dois momentos que considerou gravíssimos. Intervenções gravíssimas que têm pouco a ver com o clima de harmonia e de bom senso que tem prevalecido nas reuniões de Câmara. Aditou que lhe pareceu que, quando os Vereadores da oposição não podem responder às questões, o Senhor Presidente sente-se mais à vontade para maior agressividade. Um dos momentos, tem a ver com a referência ao "braço armado da crítica", no fim da Assembleia Municipal. Isto a propósito dos vasos contra os quais se manifestou desfavoravelmente, na altura. Pensa que era um folclore muito grande, o que foi feito com os mesmos, no ano passado. Referiu que a situação melhorou bastante este ano, embora continue a entender que, até por razões técnicas, aqueles vasos não são os que correspondem melhor aquilo que se pretende, que é florir as ruas, porque a capacidade de terra que levam e a necessidade de rega diária, nem sequer permite o desenvolvimento das plantas. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Continuou dizendo que o Senhor Presidente fez uma acusação grave. Associou a crítica pública, o direito à crítica que todos têm, com “um braço armado” que andava a deitar os vasos abaixo, sendo de uma leviandade extrema, e lamentou que, esse momento tenha acontecido na Assembleia Municipal. Referiu que todos são contra os actos de vandalismo que ocorreram com esta Câmara e, sempre ocorreram. Visto que o Senhor Presidente referiu que já tinha identificado os protagonistas do roubo dos vasos, então deveria ser feita queixa na GNR e, não se pronunciar do modo como o fez, na Assembleia Municipal. -----

Continuou dizendo que no que se refere ao BTT, admite que outras pessoas possam pensar de forma completamente diferente da sua e citou dois exemplos de concelhos turísticos do País para ilustrar a sua opinião: Albufeira, que é o concelho que recebe mais visitantes, é um dos três concelhos do País com maior taxa de desemprego; Espinho, que recebe todos os dias, três mil pessoas no casino e tem uma taxa de desemprego de vinte cinco por cento. Isto significa que, estes concelhos atraem uma percentagem muito grande de turistas, todavia o problema do desemprego não foi resolvido, antes se agravou com o desenvolvimento turístico. O que quer dizer que, a montante houve coisas que falharam, fábricas que encerraram, deixou de haver produção e o turismo não resolveu o problema do desenvolvimento. Ajuda a desenvolver, mas não resolve por si só.-----

Prosseguiu dizendo que é um crítico em relação àquilo que se está a passar no BTT. Evocou que as provas do BTT começaram através de um contacto que foi estabelecido com o Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Ciclismo, o Senhor Delmino Pereira, trazido a Manteigas pelo engenheiro Nuno Magalhães, e que manifestou a sua preocupação relativamente ao enquadramento paisagístico e natural da modalidade. Manifestou a sua preocupação no sentido de se ter muito cuidado com as provas que se possam vir a organizar.

Tudo ia no sentido de incentivar a prática desportiva, mas não massificar a mesma. -----

Continuou dizendo que preferia ter no Concelho, sessenta caminheiros alojados durante uma semana, do que ter seiscentos praticantes de BTT a fazer uma prova num dia, embora entenda que, tanto uns como os outros, são necessários. Agora interessa saber a que se deve dar prioridade, ver o que é que pode ser mais importante à terra. -----

Prosseguiu dizendo que é extremamente redutor chamar a Manteigas “Capital do BTT” e que Manteigas era, antigamente, conhecida pela “Capital da Água”. Acrescentou que ainda se, se falasse de “Capital do Desporto de Aventura”, porque o Concelho tem coisas muito mais importantes: a orientação, o parapente, o alpinismo, a pesca, as termas, a contemplação. Existem tantas coisas mais importantes e muito mais interessantes do que o BTT, e caiu-se nesta coisa minúscula que é o BTT. Não pretendeu referir que não é importante, mas compara-o com os percursos pedestres. Aditou que se pode analisar o que é que os percursos pedestres



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

podem dar ao Concelho em termos de postos de trabalho a criar, número de dormidas, poder de compra dos participantes, ou o tempo de permanência em Manteigas, e a própria sustentabilidade destes programas e, considerou perfeitamente ridículo e caricato, a elegia que foi feita à última prova que se realizou no dia do BTT, por parte de um membro da Assembleia Municipal, cuja opinião muito respeita, mas da qual muito discorda. Discorda da forma e do conteúdo. Considerou que houve um momento em que lhe pareceu estar no tempo da Assembleia Nacional, dado o tom em que as circunstâncias ocorreram, e achou caricata aquela intervenção, porque a Câmara organiza os doze quilómetros de Manteigas/Penhas Douradas, prova que data do tempo do Dr. Albino Leitão, já tendo contado com novecentas, mil pessoas, e é uma prova com muito mais impacto, até porque tem mais participantes a pé. Na sua opinião, tem muito mais interesse do que o BTT, com gente de fora, e nunca foi necessário fazer nenhuma elegia à organização da prova, pelo impacto que ela tem, como esta teve junto dos restaurantes, embora a gente saiba que muitos comem sandes, e praticam até campismo selvagem.

Finalizou dizendo que queria deixar estas ideias para reflexão da Câmara, porque não lhe parece ser este o caminho mais indicado para o desenvolvimento do Concelho.

O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que tinha acabado de tomar conhecimento, na última informação que o Senhor Presidente deu à Assembleia, que existiam dois processos de injunção da Fábrica de Águas, o que significa que esta não tem estado a cumprir relativamente ao compromisso e ao contrato estabelecido para ressarcir do valor tarifário da utilização da água da Fonte Paulo Luís Martins. De seguida, questionou sobre se a obra está licenciada, se o licenciamento ainda está em vigor ou se, efectivamente, as coisas não acontecem assim, uma vez que as obras já estavam num estado extremamente avançado, todavia, parece-lhe que o processo ainda não está concluído, até porque sabe que envolvia uma desafectação de terrenos.

Prosseguiu alertando para o edifício, onde estão a ser realizadas obras junto às trutas, que foi transitoriamente entregue à Câmara Municipal de Manteigas, a fim de ser demolido, o que significa que não há um registo do mesmo, nem poderá ser registado como edifício da Câmara Municipal e corre-se o risco, depois de tudo estar concluído, de ter de ser destruído.

De seguida, indagou se, em relação à mini-hídrica e, de acordo com a informação última do Senhor Presidente, esta já estaria, ou em fase final, ou em fase quase final, de ligação da entrega na rede e se o Município já estará a produzir energia e a entregá-la para a rede.

Continuou dizendo que, também viu na acta da Assembleia Municipal, que haviam obras junto ao depósito das águas de Sameiro e, porventura, o Senhor Presidente terá dito que alguém iria



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

verificar se as obras estavam a acontecer. Pelo que pretendeu saber se as obras foram, efectivamente, vistoriadas, se foram demolidas, ou não, e como é que as coisas estão. -----

Prossseguiu dizendo que, ainda em consonância com a Assembleia Municipal, segundo informação do Senhor Presidente, sobre a TDT - Televisão Digital Terrestre, foi efectuado um possível contacto do Senhor Vereador, com a Telecom. Por conseguinte, questionou sobre se, efectivamente, foi efectuado e qual o resultado, na medida em que, havia uma informação de que só cerca de treze ou catorze por cento do Concelho de Manteigas seriam abrangidos pelo novo processo. -----

Acrescentou que em Abril, o Senhor Presidente comunicou, tal como lhe havia sido transmitido, que o estudo de impacto ambiental da ligação do nó da Benespêra à A23 estava pronto para discussão pública. Assim sendo, quer saber se, efectivamente, este estudo foi, ou não, posto à discussão pública. -----

Prossseguiu dizendo que, desde o mês de Fevereiro de dois mil e onze, o Senhor Presidente falou do protocolo com o Inatel, já que foi questionado outra vez sobre isso, e referiu que o Inatel se comprometeu em vir falar com o Senhor Presidente para desenvolvimento do protocolo. Contudo, tanto quanto parece, o Senhor Presidente ainda não obteve resposta relativamente a essa matéria, nem o Inatel se terá deslocado a Manteigas. -----

Continuou dizendo que, relativamente ao PROT – Plano Regional de Ordenamento de Território, o Município de Manteigas não tem nada a ver directamente, todavia tem a ver indirectamente por força do PDM, em Abril, o Senhor Presidente informou que seria homologado pelo Senhor Ministro antes de dezasseis de Maio. Contudo, desconhece se foi homologado, mas admite e, tanto quanto sabe, não o terá sido ainda. -----

Prossseguiu dizendo que o Município está a fazer obras junto à ponte do rio, que lhe parecem estar a ficar muito bonitas. Contudo, na medida em que o local é considerado “Reserva Ecológica”, por força de ser leito de cheia, indagou se o Município tem autorização para o efeito, caso contrário, corre o risco, como ele correu na Relva da Reboleira, de se ser intempestivamente chamado a um processo de coima, que não seria de todo agradável. -----

Continuou dizendo que, no loteamento misto do Rio, estará um armazém não licenciado, pelo que solicitou que o Senhor Presidente mandasse verificar essa situação e, se for verdade, que tente regularizar a mesma, visto que já decorreram mais de três anos, sem que esteja regularizada. -----

De seguida, lembrou que, de acordo com a Portaria nº 34/2011, de 13 de Janeiro, a Lei das Finanças Locais, a Lei nº 54-A/1999 do POICAL, o Decreto-Lei nº 134/2009, de 20 de Agosto, e a Lei da Água, o Município não tem até este momento, os Regulamentos Tarifários para Água, Saneamento e Resíduos, em conformidade. Aditou que já é a terceira vez que fala neste assunto



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

e seria de todo desejável, no cumprimento da lei, que fossem feitos para que pudessem ser aprovados, submetidos à Assembleia Municipal e entrarem em vigor. -----

Prossseguiu dizendo que, no mês de Fevereiro, solicitou alguns elementos do PDM – Plano Director Municipal, nomeadamente o diagnóstico, o prognóstico que se pretende, quais são as ideias de intervenção, os sistemas de periquação, ou seja, tudo o que faz parte e irá integrar o PDM que, certamente, estarão a ser photocopiados. Evocou que, dada a extensão do documento, referiu que poderia ser fornecido de uma maneira gradual, e não e uma forma intempestiva.

Todavia, agradecia que, tanto quanto possível, lhe fossem entregues esses elementos, porque considera que são indispensáveis para que seja feita a sua apreciação sobre o PDM. -----

Finalizou dizendo que não estava a valer-se dos dez dias que a lei lhe confere para ter resposta aos seus pedidos, porque sabe que haveria dificuldade em dar resposta a um conjunto de perguntas que tinha vindo a fazer. Contudo, já tinha referido que quer que respondam às questões colocadas e aos pedidos feitos.-----

----- O Senhor Presidente referiu que o PDM já foi discutido em reunião de Câmara e ficou definido que fazendo algumas correções de pormenor, apontadas pela técnica de planeamento, do Município, a Câmara estaria à vontade par enviar para a Comissão de Acompanhamento o processo. Por conseguinte, poderá ser cedido ao Senhor Vereador José Manuel Biscaia um *dossier* completo daquilo que existe na Câmara e que, neste momento, já está a ser remetido para a Comissão de Acompanhamento.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia manifestou a sua admiração perante o ar surpreendido do Senhor Presidente, visto que a primeira vez que solicitou as cópias, foi em vinte e três de Fevereiro, depois em Abril e depois em Maio.-----

----- O Senhor Presidente referiu que não se recordava de o Senhor Vereador ter pedido os documentos, porém, lembava-se de o assunto ter sido discutido. -----

Continuou dizendo que lhe parece que este processo tem andado “preso por alfinetes”, ou seja, parece-lhe que alguém estará a tentar que se atrase. Há pessoas envolvidas no mesmo, que devem ter rapidez suficiente que é exigida pela Câmara, pelo Concelho, pelos Manteiguenses, porque existem problemas que estão por resolver. Deveria haver celeridade e não há. Aditou que, às vezes, enquanto Presidente da Câmara, se tem confrontado na gestão deste processo, com pequenas questões de pormenor. Contudo, a gestão do processo sofreu um incremento bastante grande numa determinada época, e depois voltou quase a ficar estagnado, até que foi preciso introduzir uma nova dinâmica e usar de alguma intervenção mais directa a fim de que tudo fosse mais célere. Neste momento, está-se na fase da reunião da Comissão de Acompanhamento, cuja reunião se realizará por volta do dia vinte e quatro de Julho. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prossseguiu dizendo que, no que diz respeito à legislação que informa os Regulamentos Tarifários para Água, Saneamento e Resíduos, os mesmos já são exigíveis há muito tempo. A Câmara tem alguns regulamentos, mas não os tem todos. Neste momento, porventura também já os poderia ter, há um ano e oito meses a esta parte e, também não os tinha. De qualquer forma, é preciso fazê-los e, a senhora jurista já tem instruções, bem como a legislação compilada, para iniciar a formulação desses regulamentos, nomeadamente o de resíduos e naturalmente, também todos aqueles que forem necessários, como o consumo de água e gestão de saneamento.

No que diz respeito ao armazém sito no loteamento do Rio, informou que iria averiguar o que se passa, uma vez que desconhece a existência de algum armazém que esteja sem licenciamento, porque não lhe passou nenhuma participação, nenhum processo que lhe desse a conhecer que existe ali uma ilegalidade. Acrescentou que o Senhor Vereador José Manuel Biscaia, que foi Presidente da Câmara e que certamente já tinha este conhecimento quando terminou o mandato porque, ao falar "...há três anos...", este armazém já estaria nesse tempo sem licença.

De seguida, solicitou ao Senhor Vereador que o informasse sobre o caso e, por conseguinte, rapidamente mandaria verificar o processo porque, se já tem três anos, de certeza que ele existe; há pelo menos participações e levantamentos.

O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia esclareceu que não recebeu nem conhece nenhum pedido de licenciamento para utilização.

O Senhor Presidente reforçou que desconhecia a situação e que o processo não passou por ele, nem pelo Senhor Vereador Marco Veiga, nem tão pouco pelos Senhores Vereadores, de certeza. Aditou que as obras particulares, normalmente, passam por ele e não se recorda de ter havido alguma diligência, nesse processo, que lhe desse a conhecer a existência, no local apontado, de um armazém sem licença. Portanto, tudo indica que o armazém já está construído sem licença há muito tempo, porque não se vislumbra lá nada em construção.

O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia respondeu afirmativamente, e acrescentou que desconhece se está completo, todavia não tem licença, não sabendo quem é o proprietário do armazém. Esclareceu que está situado ao lado do armazém de botijas de gás.

O Senhor Presidente registou a informação prestada a fim de mandar verificar o processo e se averigar o que é que se passou até à construção desse edifício, porque quando tomou posse, já estava construído.

No que diz respeito às obras junto ao rio, esclareceu que a Câmara tem todos os pareceres necessários para aquele parque, designadamente da ARH Tejo – Administração da Região Hidrográfica do Tejo (entidade licenciadora), da DRAOT – Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território, e do PNSE – Parque Natural da Serra da Estrela e aditou, que é uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

obra que está a ser feita com custos mínimos. Continuou dizendo que o buraco que existia no local, que se transformava num charco no Inverno, quando havia alguma pluviosidade, o que podia propiciar alguns acidentes, pelo que foi decidido fazer aquele arranjo a fim de dignificar o local e para, também, dar corpo à pista de pesca desportiva, que se irá desenvolvendo a pouco e pouco no Concelho. Aditou que se pretende implementar essa prática desportiva a par do BTT e a par de outras práticas desportivas que a Câmara está a promover no Concelho. Portanto, não se promove só o BTT.

Rematou o tema dizendo que não há, nesse arranjo, ilegitimidade nenhuma e nem era necessário recolher tantos pareceres, porque o local se situa na “zona urbana”.

Proseguiu dizendo que, em relação à homologação do PROT Centro – Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro, reproduziu ao Senhor Vereador, exactamente o que ouviu numa reunião da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses e no Conselho Geral da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que seria homologado, possivelmente, até ao dia dezasseis de Maio. Aditou que também não viu o plano homologado, nem a sua promulgação, portanto, é sinal que não houve homologação por parte da anterior ministra. Espera que a actual ministra, que tem várias pastas, de entre elas a agricultura, olhe para este processo e veja a premência na sua aprovação.

Referiu que a Câmara interveio no PROT Centro, como se pode verificar no processo existente, dado que, numa determinada época, foi solicitada a intervenção das Câmaras ao nível da análise, para contrariar, ou não, aquilo que estava a ser proposto. Aconteceram duas reuniões na CCDRC e uma reunião na ANMP, onde foi debatido o PROT Centro e onde se pediu ao Governo, pensa que disso se deu conhecimento aos Senhores Vereadores, que a possibilidade que deu à CCDR Norte, de acelerar um pouco o processo de apresentação final do PROT Centro, no sentido de serem colmatadas algumas insuficiências que o documento apresentava. A Câmara, em tempo recorde, compilou uma série de protecções em relação ao território do Concelho de Manteigas, numa óptica de enquadramento, até do Plano de Pormenor da Penhas Douradas, porque o PROT Centro da forma como vinha sendo formulado, não dava resposta a algumas questões levantadas através do Plano de Pormenor, nomeadamente, no que diz respeito às áreas para implementação de equipamentos turísticos.

Aditou que se recordava que, na altura, foi das poucas intervenções, através dos municípios, que chegaram a este processo e que foi perfeitamente aceite. Por fim, houve uma reunião no início do mês de Abril, no Fundão, em que todas as questões que tinham sido apresentadas, foram elencadas e comunicado quais as aceites e quais as rejeitadas. Curiosamente, as que tinham sido apresentadas pela Câmara Municipal de Manteigas foram perfeitamente aceites. Foi um momento de intervenção próprio do Município de Manteigas neste processo, que já durava



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

há dois ou três anos, pelo menos. De momento, aguarda-se a homologação do PROT Centro, tanto mais que há determinadas normas que foram introduzidas no mesmo, que têm de ser introduzidas no Plano Director Municipal e, para isso, após a homologação e promulgação do PROT Centro, as câmara municipais, dispõem de noventa dias para introduzir as normas de alteração aos Planos Directores Municipais ainda em vigor. Não é àquele que se está, neste momento, a preparar, mas é ao que está, neste momento, em vigor. A Câmara está atenta à homologação, exactamente, por esse prazo que tem de cumprir. -----

No que se refere ao estudo de impacto ambiental da estrada, clarificou que transmitiu aos Senhores Vereadores aquilo que lhe tinha sido também transmitido, que o estudo está feito, todavia não está publicado para consulta pública. Espera que a breve trecho, seja publicado a fim de ser apreciado e analisado e, para quem entender, exercer o seu direito de apresentação de sugestões, reclamações, ou pedidos de alteração o possa fazer. -----

Prossseguiu dizendo que, o que se passa com a TDT – Televisão Digital Terrestre é, exactamente, aquilo que se passou com a televisão analógica, pese embora, tenham sido transmitidas, na Assembleia Municipal, algumas informações que não são absolutamente correctas. As características do território do Concelho de Manteigas obrigaram a que a Câmara Municipal anterior, pensa que na vigência do mandato do Senhor Vereador José Manuel Biscaia como Presidente da Câmara, contratualizasse um operador económico do Concelho de Manteigas para aumentar o sinal recebido em Manteigas. Aditou que existe uma avença que se paga a uma empresa para assistir a um determinado posto de retransmissão, que não é da operadora, é da Câmara Municipal, porque as características do território não permitiram uma abrangência maior em termos de sinal da televisão analógica. É o que está para acontecer se não houver sinal para que o território do Concelho seja completamente abrangido, todavia, a Câmara Municipal tem exercido pressão junto da PT – Portugal Telecom para que o território seja completamente abrangido pelo sinal. Se não fôr, o que porventura poderá vir a acontecer, a Câmara terá de proceder, se quiser ter sinal, como procedeu com a televisão analógica. A Câmara quer que a PT, visto que não assumiu os custos com o sinal analógico, que o faça com a TDT. Prossseguiu dizendo que, tem havido contacto com a empresa nesse sentido e não só para esse efeito, mas também para enterrarem os cabos pendurados no Centro Histórico, pois existe um processo já desenvolvido para esse efeito com os tubos subterrâneos instalados nessa zona, mas não têm cabos por dentro. Nesse sentido, a Câmara já teve reuniões com responsáveis da PT, trocou correspondência e iniciou o processo que avançará dentro em breve, sendo certo que as afirmações da PT deixam claro que não irá haver, da parte deles, uma intervenção imediata em todo o espaço e afirmam que as intervenções serão faseadas, se vierem a acontecer, dado que, segundo eles asseveraram, a PT passa também por um momento



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de dificuldades financeiras. Aditou que questionou e rebateu o assunto, porque é uma das empresas, a nível nacional, que mais lucro dá, e por conseguinte, não é admissível o Concelho ter a zona urbana da forma como está. Continuou dizendo que a Câmara tem autoridade no espaço urbano e que, se a PT não o fizer, tomará opções e atitudes no sentido de que, o que não está bem urbanisticamente e a cablagem oferecer perigo pode, perfeitamente, recorrer à legislação e retirar a mesma e a empresa que se responsabilize depois pela sua colocação. ----- Quanto às obras junto ao reservatório de Sameiro, recorda-se que a questão já foi colocada e que foi enviada a questão para a fiscalização, para averiguações. De seguida, solicitou ao Senhor Vereador Marco Veiga que anotasse e que no final da reunião inquirisse sobre o assunto. -----

No que se refere ao licenciamento das obras da Glaciar, informou que as obras, estão exactamente como estavam em trinta de Outubro de dois mil e nove; não houve mais nenhuma intervenção. Continuou dizendo que houve um avanço no processo de licenciamento, foram analisados vários elementos que estavam em falta e que foram pedidos ao proprietário do terreno para efectivação das obras. Os documentos quando chegaram foram sendo analisados, pois não vieram todos de uma vez, e houve uma resposta objectiva e concreta da Câmara. Actualmente existem taxas para pagar e quando forem pagas obterão o licenciamento das obras. -----

Quanto à mini-hídrica, informou que é um processo cheio de vicissitudes. Quando se solicitou à EDP a sua ligação, verificou-se que não tinham sido apresentados, inicialmente, os projectos na Direcção-Geral de Energia, para efeitos de vistoria final, pelo que foi necessário fazer a compilação de tudo o que faltava nesse organismo. Aditou que foi necessário o seu empenho pessoal, muito embora se necessário estará sempre disponível, e o empenho de mais algumas pessoas que estão na área do Ministério da Economia, para se conseguir, de uma vez por todas, marcar a vistoria para o próximo dia trinta do mês em curso. Aconteceram, inclusivamente, episódios caricatos e curiosos, que o levaram a recorrer a instâncias superiores para ultrapassar algumas dificuldades, mas o que há de facto, é um conjunto de procedimentos que não foram desenvolvidos quando o deveriam ter sido. Continuou dizendo que há uma empresa, a Energytop, que conduziu o processo de licenciamento e de requalificação, ou de substituição da turbina que, de facto, não andou a tempo. Houve, inclusivamente, uma discussão um pouco acesa porque retiveram o processo cerca de três semanas, só depois é que informaram que era necessário o licenciamento, e que a Secretaria de Estado de Energia comunicou que deveriam ter lá o processo desde o início da construção da mini-hídrica, todavia tudo isto está ultrapassado. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu dizendo que, ao mesmo tempo, já está em curso, tal como foi dito aos Senhores Vereadores, todo o levantamento e a intervenção, da Enerárea, para se avançar com o processo da candidatura da hídrica Sotave I. Numa primeira fase, percebeu-se qual é a potência que ali pode ser produzida porque, como os Senhores Vereadores sabem, o sucateiro que ficou com a sucata da Sotave levou tudo o que era metálico, inclusive técnicos que visitaram a Sotave não sabiam onde é que estava localizada a mini-hídrica, porque não havia vestígios de tubagens. Posteriormente, em conjunto com alguém que tinha mais conhecimento do assunto, conseguiu-se perceber onde é que estava localizada a conduta, que procede da Levada Nova, bem como, no exterior, se sabe onde está a levada, mas quando ela penetra dentro das instalações da Sotave, não se consegue perceber onde é que tinha sido instalada. Referiu ainda que esteve um engenheiro da Enerárea nas instalações a fazer um levantamento e que tem todos os dados para se calcular a potência que ali poderá ser produzida. Depois, a Câmara terá que definir qual é o procedimento a desenvolver para a construção da mini-hídrica, ou adjudicação por concurso público a quem puder vir a concorrer em parceria com a Câmara. Ou pode ser a própria Câmara a desenvolver o processo de instalação da mini-hídrica, tal como aconteceu com a da Fábrica do Rio.-----

No que se refere à questão do processo de dívidas da Fábrica da Água, confirmou que existem dois processos de injunções e que já está marcado o julgamento para o primeiro processo de injunção, tendo em conta que o gestor da Fábrica da Água recorreu do primeiro processo de injunção e fez com que o mesmo fosse para julgamento.-----

De seguida, comunicou que chegou ao seu conhecimento que a Fábrica da Água está a engarrafar em grande quantidade e está, inclusivamente, a engarrafar *Ice-Tea*, porque parece que esta água é melhor para o fabrico do mesmo, do que qualquer outra água do País.-----

Prosseguiu dizendo peremptoriamente que, relativamente ao protocolo do Contrato Local e Desenvolvimento Social que foi assinado no dia de hoje, o processo não foi retirado, nem foi decidido retirá-lo da reunião de Câmara. Na verdade, e o que foi dito, é que se faria chegar o parecer à reunião de Câmara. Mas o processo não foi retirado tanto mais que, na acta da reunião, está a discussão que se produziu à volta do processo.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso retorquiu que não foi deliberado nada relativamente ao assunto.-----

-----O Senhor Presidente continuou dizendo que o processo foi apreciado e recordou que o Senhor Vereador José Manuel Cardoso disse, terminantemente, que se abstinha neste processo e o Senhor Vereador José Manuel Biscaia referiu que não ia votar contra.-----

Prosseguiu dizendo que, referiu nessa reunião que viria um parecer do Instituto da Segurança Social à reunião de Câmara, e exibiu o mesmo, bem como o ofício a pedir o referido parecer e



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

disponibilizou-os para consulta. Continuou dizendo que o Senhor Vereador José Manuel Cardoso referiu no correio electrónico que lhe endereçou, que entende a pressa, mas não entende o descontrolo. Pois, ele, Presidente da Câmara, tem tanta pressa como o Senhor Vereador tem, de certeza absoluta. Tem pressa de ver resolvidos os problemas de Manteigas.----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso retorquiu dizendo que referiu que entendia a pressa.-----

----- O Senhor Presidente salientou que a sua pressa é só essa, não é mais nenhuma. Não houve uma actuação pré-eleitoral para assinatura do protocolo, ou alguma coisa que pudesse indicar vantagens políticas que poderia tirar do processo. Continuou dizendo que, há momentos políticos em que se empenha, e há outros em que fica um pouco mais afastado e não esteve tão próximo neste processo que o levasse a apressar alguém para a assinatura do protocolo. Salientou que ficou surpreendido quando, na segunda-feira, vinte de Junho, verificou que tinha sido enviado, às dezanove e quarenta, um correio electrónico com o convite e o programa de assinatura do Protocolo. Na terça-feira, dia anterior à assinatura do protocolo, não houve Internet na Câmara Municipal, pelo que soube disso já tarde, daí que, em virtude de não se encontrar na Câmara, solicitou ao Chefe de Gabinete da Câmara, que convidasse os Senhores Vereadores para o acontecimento. Continuou reiterando que não houve pressa nenhuma no processo de assinatura, mas há pressa na resolução dos problemas de Manteigas.-----

Proseguiu dizendo que se comprometeu a trazer o parecer, contudo, foi-lhe dito por diversas vezes, segundo os técnicos da Segurança Social, que o parecer tinha de ser submetido ao Instituto da Segurança Social, não era à Câmara. Esta indica a entidade e o Instituto de Segurança Social emite um parecer e o Centro Regional envia-o para o Instituto da Segurança Social.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso entendeu que não seria assim: a estrutura distrital da Segurança Social emite um parecer em relação à entidade instrutora e envia-o para a Câmara. É assim que está na Lei, porque este documento é fundamental para a tomada de decisão da própria Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente solicitou que fosse entregue uma cópia do parecer aos Senhores Vereadores e prosseguiu dizendo que não se tratava de uma falha, por uma razão muito simples: não estava à espera da assinatura do contrato neste momento. Estava à espera que lhe enviassem o parecer para o apresentar aos Senhores Vereadores. A realidade é essa. Não concebia que, no momento em que o Governo é substituído, se fosse assinar o protocolo. Contudo, quer trazê-lo oficialmente à reunião de Câmara para análise e ratificação, ou não. Informou ainda que transmitiu à Segurança Social, que não é correcto apresentarem um protocolo que ainda nem sequer foi discutido em reunião de Câmara e responderam que quando



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nos convidaram a apresentar a candidatura ao Contrato Local de Desenvolvimento Social, já lá tinham um projecto no momento, todavia, não se lembra de o ter visto junto do convite.-----

Proseguiu dizendo que, no que toca as questões referentes à Assembleia Municipal, responde pelas questões onde tem intervenção e que quanto à intervenção do Senhor Deputado, considera que é de mau tom classificá-lo como deputado da Assembleia Nacional. Por aquilo que presenciou na apresentação dele, não viu nada de mais.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso retorquiu que não foi isso que disse. Esclareceu que disse que lhe fez lembrar a Assembleia Nacional.-----

-----O Senhor Presidente referiu que o Senhor Vereador José Manuel Cardoso fica à vontade para que, sempre que queira intervir nas reuniões da Assembleia Municipal, para qualificar alguns dos seus deputados, o Presidente da Câmara, de certeza, não se opõe, dar-lhe-á a palavra.-----

Continuou dizendo que o Presidente da Câmara dirá ao Senhor Presidente da Assembleia que autorize que o Senhor Vereador fale, sempre que quiser classificar o comportamento de qualquer deputado, faça-o na Assembleia Municipal, perante as pessoas. Ele nunca o faz nas reuniões de Câmara, se tiver de o fazer, é na Assembleia.-----

Proseguiu dizendo que, no que diz respeito às palavras por ele proferidas, estas são fáceis de compilar através do registo magnético e aquilo que disse foi: "...há críticas que induzem a determinados comportamentos...". Não duvida. Aditou que o exemplo que a seguir dá não é termo de comparação, mas o Partido Nacionalista Basco é que levava de facto, à intervenção da ETA, disso não tem dúvida nenhuma. A realidade é essa e, portanto, há uma indução. Agora o que disse foi o seguinte"... não quero pensar, nem quero admitir que estes actos de vandalismo são o braço armado da crítica...". O Senhor Vereador ficou ofendido, contudo, não quis ofendê-lo pessoalmente.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso considera a expressão muito pouco cautelar, sendo pior que a crítica.-----

-----O Senhor Presidente referiu que não vê onde é que isso possa ofender a cordialidade, pois do seu ponto de vista, não ofendem ninguém.-----

No que diz respeito ao BTT, referiu que o Senhor Vereador José Manuel Cardoso tem uma consideração, mas do seu ponto de vista, não vai qualificar aquilo que o Senhor Vereador pensa em relação ao BTT, uma vez que têm formas diferentes de pensar. De seguida, desafiou-o a indagar junto dos operadores económicos (proprietários dos restaurantes, dos alojamentos) se ficaram, ou não, satisfeitos com as actividades que têm sido desenvolvidas, à volta do BTT.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Continuou dizendo que o título “Manteigas Capital do BTT” foi uma forma de trazer ao Concelho e chamar até ele a atenção nacional para esta prática desportiva e que a Câmara se apercebeu que era uma possibilidade de trazer mais algum conforto económico ao Concelho de Manteigas. No que diz respeito às comparações que o Senhor Vereador efectuou com Albufeira e com Espinho, que têm as maiores taxas de desemprego do País, e que não é o turismo que vai ajudar o Concelho a resolver os problemas, tem a dizer que com as actividades que se estão a desenvolver já foi criada uma empresa em Manteigas, que arrendou casa para dois jovens que vêm de fora, para se cá fixarem, a fim de instalarem uma empresa de animação turística e desportiva, em diversas áreas. Agora, não se vão descurar, como é óbvio, as restantes potencialidades do Concelho, e existe o cuidado, nas provas que se fazem, de não adulterar o espaço; existe o máximo respeito, pelos aspectos naturais, mas há que os potenciar, há que tirar partido económico das potencialidades que existem e aquilo que se está a fazer, é desenvolver actividades de determinado cariz, com determinada afluência ao Concelho. Quando se apelida “Capital do BTT” é, exactamente, para se capitalizar, para que não hajam outras áreas do País. O Concelho tem potencialidades melhores e diferentes relativamente a outros Concelhos que se designam da mesma maneira e que também têm outro tipo de potencialidades para a prática de outro tipo de turismo, como o caso de Portalegre, todavia já não foram a tempo. O que a Câmara quis foi chamar ao Concelho o maior número destas actividades, de maior impacto e importância, uma vez que tem um território ímpar para a projecção deste tipo de desporto. A prova que aconteceu no passado fim-de-semana foi testemunha disso: a prova mais dura do País e nela é que se definem os melhores classificados a nível nacional; é uma prova que começa a ter relevo na área do BTT. Esta é uma via que a Câmara definiu para o desenvolvimento do Concelho. Considerou uma pena o Senhor Vereador não concordar.

O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso frisou que o Senhor Presidente ouviu mal o que tinha dito.

O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia pronunciou-se relativamente ao parecer dado pela Segurança Social, e introduzido agora na reunião, relativamente à Santa Casa da Misericórdia, como sendo uma entidade com apetência natural para poder desenvolver este contrato que hoje foi assinado. Sendo ele Presidente da Assembleia-Geral da Misericórdia, tem o máximo respeito por essa instituição, crê que é a mais vetusta e, neste momento, é um parceiro “de primeira água” da Câmara Municipal. Tem tantos ou quase tantos funcionários, como tem a Câmara Municipal. A nível social desde o apoio aos idosos até ao apoio domiciliário a Misericórdia merece os maiores encómios e relativamente à sua existência e ao trabalho desenvolvido, que é da máxima necessidade e da melhor qualidade também. Prosseguiu dizendo que esteve a ler o parecer e não vai comentá-lo. Ao contrário não reconhece este tipo



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de matéria específica na Santa Casa da Misericórdia que tem os seus próprios estatutos, e era sobre eles e sobre a sua vocação e currículo que na altura do pedido de parecer, foi suscitada a questão. Não foi sobre a grandiosidade e a atitude de forte complementariedade social com a Câmara Municipal e pelo desenvolvimento de todas as actividades desenvolvidas e dos cuidados continuados que irá desenvolver, nem sobre um conjunto de coisas em que a Misericórdia é, sem dúvida nenhuma, um pilar inquestionável e indispensável. O que se pôs em causa foi se, com os seus próprios estatutos, a sua própria identidade curricular, seria a mais vocacionada para desenvolver este tipo de contrato que a Câmara iria estabelecer com a Segurança Social. Esta foi a questão suscitada. Na altura, não se pronunciou negativamente e aguardou. Agora perante o parecer, acaba por verificar que também o parecer não conclui nada sobre os estatutos e curriculum na área a contratualizar. O parecer acaba por dizer que a Santa Casa da Misericórdia é óptima para os idosos, para o serviço domiciliário, e que integrou o Progride como parceira da associação que o desenvolveu, mas não diz nada quanto às acções a desenvolver, pelo que a Câmara Municipal aceita o parecer porque quer aceitá-lo. Aditou que para ele, este parecer não serviria se estivesse a assinar o contrato. Referiu ainda que o contrato também estava pendente de uma coisa que considera importantíssima e que está a ser desenvolvido o diagnóstico social. Era indispensável e é pressuposto ser apresentado para contratualizar. É evidente que o empirismo do Executivo, designadamente do Presidente da Câmara e dos Vereadores, é mais que suficiente para justificar que haja este contrato. Agora, outra coisa é o formalismo obrigatório e imperativo que não está respeitado e que justificará a nulidade do mesmo. -----

Proseguiu dizendo que o Senhor Presidente tinha referido, momentos atrás, que são exigidos vários pormenores e formalismos para fazer a ligação da mini-hídrica e agora, ultrapassa-se o formalismo. Considerou que isto é que é grave, o mesmo Estado que de um lado emperra e não deixa que as coisas sejam fluidas, neste caso atropela as exigências e abre uma auto-estrada, onde tem de estar, pura e simplesmente, uma estrada. Continuou dizendo que integra o grupo de estudo do Diagnóstico Social e há-de continuar a fazê-lo porque é importante, até para desenvolver o trabalho que sustentará o contrato que agora foi estabelecido, ou seja, ver quais são as áreas prioritárias para serem levadas por diante. O que é facto, é que o exigível não foi apresentado. O Senhor Presidente foi convocado para assinar e não teve culpa nenhuma e escusava de se justificar com documentos escritos, porque é a palavra do Senhor Presidente da Câmara, é um parceiro e os Vereadores acreditam no que disser. Pensa que, provavelmente e, embora não tenha entendido a intervenção (não percebeu a referência ao correio electrónico enviado ao Senhor Presidente da Câmara) do Senhor Vereador José Manuel Cardoso, entende que ele queria manifestar a sua surpresa tendo em conta que, de um momento para o outro, se



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ainda não estão cumpridos os formalismos, como o diagnóstico social exigido pela Segurança Social, como se pode assinar o contrato? -----

Relativamente ao plano de poupança de energia referiu que é muito positivo e que o Senhor Presidente já tem em mãos, um plano que já tinha sido elaborado para esse efeito. A EDP nunca colaborou muito com os planos de redução de energia, por deixar de ganhar dinheiro. O anterior Executivo tinha previsto, no seu plano de poupança de energia, luminárias com sessenta watts, a EDP colocou luminárias de cem watts, justificando que as de sessenta watts não tinham luminosidade e fundiam-se sistematicamente. Este é um exemplo de não colaboração-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso aditou que as lâmpadas foram instaladas para baixar o consumo e depois subiu o consumo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia concordou com as medidas em relação às luminárias e manifestou o seu apoio ao Senhor Presidente, visto que também já desempenhou esse cargo e considera que algumas delas não têm serventia e, se calhar, é preciso equacionar toda a iluminação porque existem horas mortas. Entende que o Senhor Presidente equacionará no sentido de ver se outras medidas podem ser tomadas. -----

No que se refere ao relógio astronómico, desconhece como se processa o seu funcionamento, mas concorda com as medidas de encurtamento do período de iluminação. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que o relógio astronómico é retardado com uma intervenção no sinal. Estas medidas foram fruto de muita insistência. Continuou dizendo que o director da Região Centro, o Senhor Engenheiro Garcia Mendes, veio à Câmara Municipal juntamente com o Director da Guarda, e este, já no final, à parte, alegou que não era preciso chegar a tanto. Contudo, o Senhor Director da Guarda teve lá o processo um ano, de maneira que, às vezes, há coisas que por mais que custe, têm que ser feitas para se conseguir maior celeridade. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou sobre quando é que a EDP viria negociar o contrato geral, com as infra-estruturas que são da Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Presidente informou que será em dois mil e catorze. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia aditou que pensa que será perto dessa data, porque acontece sempre ou no princípio ou em fim de mandato, para que as pessoas estejam pouco atentas e depois elaboram um contrato à maneira deles, que nem sempre é aquilo que a Câmara pretende mais. De seguida, reiterou o seu apoio relativamente à medida e referiu que outras luminárias poderão ser utilizadas na redução de consumos e não é preciso apagarem-se totalmente visto que há reguladores de fluxo, e talvez seja uma ideia a considerar.- -----

----- O Senhor Presidente referiu que pelo facto de serem muitos circuitos, é um problema. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia esclareceu que a EDP tem uma identificação de todos os PT's e luminárias, porque o estudo feito com a Câmara, através da Enerárea, lhes deu isso, porque nem isso tinham devidamente identificado e localizado.-----

-----O Senhor Presidente informou que esse estudo está a ser utilizado, neste momento, para uma candidatura que a Câmara esta fazer no âmbito da optimização energética. Aditou que era para a Enerárea ter feito a adjudicação conjunta para todos os municípios, mas não conseguiu desenvolver o processo a tempo, pelo que pediu para a Câmara protelar o processo até ao mês de Dezembro, visto que neste mês haverá uma nova oportunidade para apresentar a candidatura.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia aditou que, mais uma vez, os Municípios são prejudicados porque o QREN, atendendo aos montantes, exige antes das candidaturas, concurso público internacional já em estado avançado de maturação. É de opinião que isto é grave e insensível pois para candidatar é preciso ter os projectos num estado altamente avançado, sem que o candidato ou a Câmara tenham garantia de aprovação da candidatura.-----

Por último, falando do vandalismo e pela sensibilidade do Senhor Presidente, admite que, o que disse não foi com a atitude tão perniciosa como porventura foi entendido. Todavia, vistas as coisas como foram ditas, não se pode ficar indiferente. O Senhor Vereador José Manuel Cardoso sentiu-se com isso e entendeu falar, porque de facto, dizer em Assembleia Municipal que o vandalismo aconteceu por causa das apreciações que foram feitas relativamente aos vasos, num jornal público "...os penicos por aí colocados...". Sabe que o Senhor Presidente não gostou, porém, não vê mal nenhum na designação, há outras coisas piores.-----

-----O Senhor Presidente replicou dizendo que depende do lado em que se está.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que, então se este vandalismo que aconteceu é por indução de alguém que tomou uma atitude crítica gostava de saber porque é que desapareceram a placa de inauguração do jardim, a placa de inauguração dos reformados, a placa de inauguração do bairro, a placa de inauguração da recuperação das casas do bairro. É de acreditar que foi por indução dos responsáveis do Partido Socialista que, de alguma maneira, fizeram críticas quanto a estes projectos? Que alguém apoianto das críticas lá foi vandalisticamente fazer isto? Parece-lhe que não se deve julgar desta maneira e nunca o Partido Social-Democrata teve atitudes de tal afrontamento como o Partido Socialista tem sempre. Salientou que o PSD ganhou as eleições legislativas e não se ouviu um alarido de vitória, não se viu uma manifestação, nem coisa nenhuma, porque exactamente os partidários do PSD têm outra formulação. O ADN dos mesmos é completamente diferente. Não andam com comunicados quando estão na oposição, comunicados alguns deles bravios, malcriados,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

insultuosos e sem assinatura, tal unca foi feito. Entende que, se há vandalismo, têm de estar todos contra ele, e estarão. Agora se o Senhor Presidente sabe quem foi, deve-o revelar, se não sabe, deve procurar saber. -----

Proseguiu narrando um episódio em que tinha o seu carro estacionado à porta da Câmara, um Volvo, cujos quatro pneus foram cortados. Considera que isso foi vandalismo, mas não quer acreditar que estivesse articulado com os políticos, nem com as posições políticas que cada um toma em termos críticos, seja sobre esta matéria, seja sobre outras. Há vandalismo, infelizmente tem de ser combatido, e não gostaria de o ver ligado às críticas dos políticos sobre determinadas matérias ou obras de mais ou menos importância. Entende que todos têm legitimidade para criticar e não acredita que isso vá levar ao vandalismo, de maneira nenhuma. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, retomando o assunto do BTT, esclareceu que, o quis dizer é que será perigoso para o Concelho de Manteigas fazer um turismo de massas, ao estilo da Turistrela, cujos maus exemplos já bastam para a Serra da Estrela. O espaço é muito privilegiado, portanto, há que ter cuidado com o ambiente, sem pôr em causa a realização das actividades desportivas que se impõe realizar. -----

De seguida, comunicou que as próximas duas reuniões de Câmara coincidem com as suas férias, pelo que estará ausente. -----

Finalizou indagando sobre se o Senhor Presidente poderá consultar os serviços, a fim que esclareçam sobre o montante que havia disponível sobre o endividamento para o ano em curso. Continuou dizendo que viu publicado na Direcção-Geral da Administração Local que há o montante do rateio que são trezentos e vinte e um mil euros, depois há o financiamento MLP – médio e longo prazo e depois há o endividamento líquido. A ele, interessa-lhe saber qual é o valor do financiamento do MLP que foi pedido. -----

----- O Senhor Presidente referiu que fará chegar a informação depois porque, entretanto, houve um reajustamento. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso continuou dizendo que comprovando os seus receios, não houve publicidade ao parapente, não há publicidade da feira antiga, e estava-se a uma semana de acontecerem as coisas. Entende que é preciso investir muito em publicidade, para se obterem resultados, depois, com as iniciativas. -----

Finalmente, solicitou que se mandem retirar os cartazes da campanha eleitoral, pelo menos os do PCTP/MRPP, contra o qual não tem nada, todavia, foi o único partido que colou os cartazes nas paredes, o que dá uma má imagem. -----

----- O Senhor Presidente informou que já deu instruções ao pessoal da limpeza para os retirar. Os que estão encostados também não têm licença fora das épocas de campanhas eleitorais. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu dizendo que fica expressa a opinião do Senhor Vereador José Manuel Cardoso em relação à prática do BTT. -----

No que toca às críticas políticas, entende que o Senhor Vereador José Manuel Biscaia deve localizá-las no tempo. O ADN não caracteriza comportamentos políticos, mas caracteriza e qualifica características físicas, intelectuais, de pensamento e até de carácter e não propriamente atitudes políticas. É preciso localizar os comunicados, as acções, as vinganças, no tempo, também é importante porque, nem todos funcionam da mesma forma. Continuou dizendo que não se revê em determinadas práticas políticas e pensa que com um pouco de atenção, já se percebeu isso. Contudo, não aceita críticas que mais veladamente, ou não, o possam tentar atingir. Quando tem alguma coisa a dizer, di-lo com toda a franqueza, com toda a clareza e com toda a frontalidade repudia igualmente, determinado tipo de atitudes cobardes. -----

Prosseguiu dizendo que também tem prejuízos a contabilizar, visto que o seu carro também já foi vandalizado à porta da Câmara: riscado várias vezes de porta a porta. Todavia, isso muitas vezes não tem propriamente a ver com os aparelhos políticos, mas com mentes que não são capazes de admitir algumas realidades. -----

-----O Senhor Vice-Presidente, António José Ascenção Fraga referiu que, relativamente ao que foi frisado pelo Senhor Vereador José Manuel Cardoso, sobre o BTT, é evidente que existem outras actividades. Esclareceu que pelo facto de haver o BTT, não significa que não se vai apostar nas outras, sobretudo naquelas que têm mais interesse para o Concelho. O Senhor Vereador falou em provas de orientação, pedestrianismo, todavia, é de recordar que tem havido um grande empenho em colocar no terreno, os duzentos quilómetros de percursos pedonais, com todo o interesse para o Concelho. -----

Prosseguiu dizendo que, depois de se realizarem as provas do BTT do ano em curso, será feito um levantamento a fim de se avaliar qual foi o seu impacto no Concelho. No entanto, já conversou com alguns operadores económicos, da área da restauração e da hotelaria, que manifestaram uma opinião total e francamente positiva, nomeadamente porque existem determinados períodos, as épocas baixas, em que eles sentem algumas dificuldades. Pelo menos, foi minimizado o impacto negativo que essas épocas habitualmente causavam. Aditou que tem havido o máximo cuidado da parte do Executivo e de quem colabora com a Câmara neste tipo de provas, em retirar todos os detritos a fim de se preservar o espaço envolvente. -----

Continuou dizendo que um grupo de Manteiguenses, de quadrantes políticos variados, lhe sugeriram porque é que não respondia a um célebre artigo no jornal, que o Senhor Vereador deve estar a identificar, sobre a prova de *down-hill*, porque até seria curioso lá perguntar o que faria essa mesma pessoa se, porventura, tivesse alguma interferência na área da hotelaria e da restauração. Contudo não está muito preocupado com este tipo de críticas, pois a crítica é um



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

direito, o jornal é livre e qualquer um pode solicitar um espaço para publicar. Aceita as críticas, mas não se pode desviar na estratégia, partindo do princípio que julga que é positiva.

Aditou que alguém, do ramo da restauração, tinha comentado com ele que desconhecia o que envolvia os trilhos verdes, todavia isso é impossível, visto que ninguém foi segregado aquando da reunião de esclarecimento que foi realizada na Câmara Municipal pelo Senhor Vereador Marco Veiga, mas depois a pessoa recordou-se que o cônjuge se tinha esquecido da reunião e apresentou um pedido de desculpas.

Continuou reiterando que a Câmara não deixará de apostar noutras actividades.

Quanto à questão do Contrato Local de Desenvolvimento Social, referiu que houve algum atraso na sua elaboração tendo em conta o volume de actividades que foram sendo realizadas, e recordou-se de uma reunião do núcleo executivo em que se definiu fazer por fases e por grupos, baseando-se no actual diagnóstico, o que está a ser feito. Prosseguiu dizendo que a Técnica de Acção Social da Câmara Municipal, a Dra. Ana Paula Santos, já tratou de grande parte e ele próprio tratou da parte da saúde, da qual ficou responsável e, para logo que seja possível, se reunir o CLAS a fim de que este se pronuncie. Até porque, e como disse o Senhor Vereador José Manuel Biscaia, independentemente do contrato, depois há-de ser feito um projecto, e ver-se-ão as áreas em que mais interessa intervir.

No que se refere à questão do vandalismo, também pensa que às vezes é preciso ter algum cuidado com as palavras que se proferem porque, de certa forma, o Executivo é um pouco o espelho, para muita gente, do que sucede no Concelho.

Prosseguiu dizendo que quando lhe chegam algumas notícias um pouco enviesadas, porque terceiros pensam que, por o Executivo ser composto por elementos de listas partidárias diferentes, que o relacionamento entre eles é uma espécie de “batalha”, rejeita esse tipo de “recados” e esclarece esses indivíduos que o Executivo envolve cinco pessoas com cordialidade, que às vezes se envolvem nuns debates mais acalorados, fruto da democracia em si mesma, de ideias diferentes e de opiniões diferentes.

Quer acreditar que o vandalismo é condenado por todos e pensa que se combate da seguinte forma “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”, eles deitam abaixo os vasos, mas a Câmara volta a colocá-los.

O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga referiu que, relativamente ao assunto do BTT, o Senhor Vereador José Manuel Cardoso falou na questão da massificação da prática desportiva desta modalidade. Todavia, considerou que os seiscentos atletas que estiveram presentes na prova, é um valor aceitável, não sendo propriamente uma prova de massas. Salientou que se pretende aumentar o número de participantes, mas também não se quer que



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

seja um acontecimento massificado. Chegará a um ponto em que terão de se limitar o número de inscrições, para cumprarem as normas ambientais e não destruir aquilo que é de todos.-----

Prosseguiu dizendo que a prova foi aberta aos não federados, exactamente para que atletas que não conheciam a Serra da Estrela, mais concretamente o Concelho de Manteigas, pudessem conhecer o território para que, mais tarde, possam voltar, independentemente, de haver provas desportivas, ou não. Ou seja, a ideia é dar também a conhecer o que existe, para que esses atletas possam fazer um turismo de aventura de natureza no Concelho de Manteigas.-----

Concordou com o Senhor Vereador José Manuel Cardoso, quando disse que o Concelho não tem capacidade, talvez, para receber tantos atletas, nem logística para receber tantas pessoas no Concelho. Soube que não houve camas para toda a gente que veio a Manteigas, pelo que alguns dormiram na Covilhã, em Seia, na Guarda e regressaram todos no dia da maratona. Mas aquilo que o Executivo pretende, é que se juntem os grupos de BTT que existem por esse País e que venham até à Serra da Estrela, em número de vinte a trinta pessoas e que venham desfrutar dos trilhos verdes. Alguns dos que estão marcados também são cicláveis e, portanto, foi também a intenção de dar a conhecer esses trilhos para que também os possam vir a fazer de bicicleta. --

Quanto à designação “Capital do BTT”, pensa que é uma denominação ousada para tentar cativar os atletas da modalidade a virem conhecer a região. Considerou que era necessário abrir a prova aos não federados, como aconteceu no ano corrente, a fim de que os atletas que pratiquem este desporto mais como lazer, possam vir até ao Concelho e façam um turismo de BTT. É essa a ideia, não só realizar o evento, mas que as pessoas regressem durante o ano, para permanecer no Concelho, é essa também a intenção.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso frisou que será o último a tecer críticas à organização de provas de BTT, de outra forma, não tinha começado a organizá-las. Aditou que foi muito difícil convencer, nos primeiros contactos, a Federação a realizar provas no Concelho, porque tinha receio do Parque Natural da Serra da Estrela. O próprio Vice-Presidente da Federação, então na qualidade de ciclista, exclamou o seguinte”... como é que eu passei aqui tantas vezes na Serra da Estrela, e nunca conheci as Penhas Douradas!...”. Portanto, será o último a tecer as críticas às provas de BTT. -----

Prosseguiu dizendo que pensa que este investimento no BTT é desproporcional em relação a outras preocupações que lhe parecem mais importantes. O pedestrianismo (os percursos a pé) é mais importante, porque dá mais dias de permanência, mais dormidas, com um público com maior poder de compra. Considera que é uma série de vantagens que, o restante Executivo, concordará com ele que será assim. Manifestou a sua preocupação em se monitorizarem os caminhos que, depois de passarem mil e duzentas rodas, por um determinado percurso, é



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

preciso verificar antes do Inverno porque, para o próximo ano, os caminhos poderão não estar nas melhores condições.

Ordem do Dia -----

Ratificação do Interlocutor Municipal – IMI, indicado pela Câmara Municipal de Manteigas, conforme o referido na circular 97/2011 – AGIRAO da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

----- Foi presente a circular, ref^a CIR:97/2011 – AGIRAO, datada de trinta de Maio de dois mil e onze, da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, referente à indicação do Interlocutor Municipal – IMI. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão do Senhor Presidente de designar o Chefe da Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo, Eng.^º João Gabriel Craveiro Leitão. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre o Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Arquivo Distrital da Guarda e a Câmara Municipal de Manteigas.-----

----- Foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Arquivo Distrital da Guarda e a Câmara Municipal de Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente informou que os termos do protocolo são benéficos para o Concelho de Manteigas, no sentido de promover o seu património arquivístico, começando pelo Foral. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso indagou se o Arquivo Distrital da Guarda só pode fazer o que é proposto no protocolo. É de opinião de que o Município pode ser mais ambicioso e não ficar pelo mesmo. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que irá reunir-se com o Director do Arquivo Distrital da Guarda, o Senhor Dr. Levi, e poder-se-ão explorar, eventualmente, outras potencialidades que o protocolo possa vir a proporcionar. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Arquivo Distrital da Guarda e a Câmara Municipal de Manteigas, que fica anexo à presente acta -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Deliberação sobre o Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho (FCT) a celebrar entre o Município de Manteigas e a Escola Secundária Campos de Melo, Covilhã.-----

----- Foi presente o Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho (FCT) a celebrar entre o Município de Manteigas e a Escola Secundária Campos de Melo, Covilhã. -----

----- O Senhor Presidente informou que a escola está a solicitar o estágio de uma jovem, nos trabalhos da Câmara Municipal. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, visto que o estágio ocorre no ano em curso solicitou que a Cláusula Sétima fosse alterada e onde se lê "...Os dois outorgantes nomearão, no princípio do ano lectivo, um elemento de coordenação..." deve ler-se lê "...Os dois outorgantes nomearão um elemento de coordenação ...".-----

-----Submetido a votação, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar, com a alteração introduzida, o protocolo de Formação em Contexto de Trabalho (FCT) a celebrar entre o Município de Manteigas e a Escola Secundária Campos de Melo, Covilhã, que fica anexo à presente acta.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

Deliberação sobre a informação nº 01-2011/Informática – LE, datada de seis de Junho de dois mil e onze, referente à ADSI – Custos com Comunicações.

-----Foi presente a informação nº 01-2011/Informática – LE, datada de seis de Junho de dois mil e onze, referente à ADSI – Custos com Comunicações.-----

-----O Senhor Presidente informou que se referia a custos de comunicação, que nunca foram contratualizados com a ADSI e que mediante o aparecimento das facturas, em anexo à informação, solicitou a sua justificação e de acordo com o esclarecimento prestado pelo técnico de informática, houve um acordo verbal entre a Câmara e a ADSI, ou seja, falou-se nas mesmas nas assembleias-gerais da ADSI. Agora, pretende-se dar corpo ao acordo verbal, é necessário aceitar as facturas e, alguém entendeu que este era um serviço a prestar, que era necessário, e poderia vir a ser protocolado.-----

De seguida, propôs que se assumam as facturas e se faça um protocolo de prestação de serviços com a ADSI.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia indagou se a Câmara paga uma quota à ADSI.-----

-----O Senhor Presidente confirmou que a Câmara paga uma quota, todavia, esta é para a existência da ADSI, havendo depois protocolos separados por cada um dos municípios.-----

-----Submetido a votação, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, assumir as facturas e que se realize um protocolo de prestação de serviços com a ADSI, para dar corpo ao acordo verbal, conforme o descrito na informação nº 01-2011/Informática – LE, datada de seis de Junho de dois mil e onze, que foi celebrado entre a Câmara e a ADSI.-----

Deliberação sobre o e-mail remetido pelo Senhor João S. Martins, datado de oito de Junho de dois mil e onze, referente ao livro “Mãos verdadeiras”.

-----Foi presente o e-mail remetido pelo Senhor João S. Martins, datado de oito de Junho de dois mil e onze, referente ao livro “Mãos verdadeiras”. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia evocou que houve um autor de Manteigas, o Senhor Dr. José Duarte, que solicitou apoio à Câmara Municipal para edição do seu livro, ao qual foram feitas algumas restrições, visto que já tinha sido apoiado. Desconhece se alguém quer avocar essa deliberação que a Câmara tomou para não serem criados alguns desequilíbrios entre o que sucedeu com esse autor e este, conviria averiguar-se qual o apoio concedido ao Senhor Dr. José Duarte, a fim de se adoptar a mesma atitude. -----

----- O Senhor Presidente entende que, para além da obra, é o significado dela, a quem se dirige. A obra tem um determinado conteúdo literário, mas tem um significado que passa para além do seu conteúdo, que é uma homenagem a um artesão, a um homem. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que esse artesão já foi homenageado com uma medalha específica do Concelho de Manteigas. Todos concordam que o Senhor Martins é uma pessoa merecedora de uma referência muito especial. -----

----- O Senhor Presidente propôs que a Câmara adquira cem exemplares, se o valor de aquisição for entre oito a dez euros cada livro e, que se informe o Senhor Vereador José Manuel Biscaia sobre o que foi concedido ao Senhor Dr. José Duarte. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que, se os valores forem esses não tem nada contra. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, adquirir cem exemplares, se o valor de aquisição for entre oito a dez euros cada livro e, que se informe o Senhor Vereador José Manuel Biscaia sobre o que foi cedido ao Senhor Dr. José Duarte. -----

Deliberação sobre a proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo para Frequência do Ensino Superior.

----- Foi presente a informação nº 35/2011/EJAS, datada de dezasseis de Junho de dois mil e onze, referente à proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo para Frequência do Ensino Superior. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que pode haver uma alteração de redacção do regulamento. -----

----- O Senhor Presidente retorcou que é a reedição de um regulamento que os Senhores Vereadores aprovaram quando dirigiam a Câmara Municipal, para a qual apresentaram, havia uns dias, uma reformulação. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que lhe parece que os primeiros regulamentos têm sempre uma função, dar pragmatismo à ideia. Nessa altura, a ideia era dar as bolsas de estudo e isso foi feito. -----

De seguida, apontou mais algumas alterações, assim, onde se lê "...O presente Regulamento visa disciplinar a atribuição de bolsas...", entende que o mesmo não visa disciplinar nada. O que



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

visa é definir as condições de acesso à comparticipação dos encargos com a frequência do ensino superior, os sujeitos a abranger e os respectivos direitos e deveres. Referiu que são pormenores como este, que não estão bem no primeiro regulamento.-----

Prosseguiu dizendo que, se o questionarem sobre o porquê de, na última vez que analisaram o regulamento não ter apontado este reparo, isto deve-se ao facto de, na última vez, estar só a ver se havia alguma coisa que devia ser legalmente enquadrado ou algumas omissões e dúvidas.----

-----O Senhor Presidente salientou que não foi na última vez, isto já vem do primeiro regulamento que os Senhores Vereadores criaram.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que só está a dizer que há possibilidades de o fazer melhor. De seguida, citou outro exemplo, o artigo terceiro, onde se lê “...são abrangidos pelo presente Regulamento todos os estudantes ou trabalhadores estudantes, que estejam matriculados em estabelecimentos de ensino que ministrem cursos superiores...” e depois se diz “...provenientes de estratos sociais desfavorecidos...” , considera isso uma mácula, porque estamos a rotular quem concorre às bolsas.-----

-----O Senhor Presidente exclamou que quase propunha que, para futuras alterações fosse criada uma comissão de redacção para os regulamentos.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso frisou que é mais complicado alterar um texto do que fazê-lo de novo e que este texto precisava de ser feito de novo.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no seguimento do diálogo, comprometeu-se a dar uma nova redacção ao regulamento, não havendo necessidade de vir mais a reunião de Câmara. Prosseguiu dizendo que aceita o que está expresso na generalidade, e depois de alterar aquilo que achar que é de alterar, remete, ao Senhor Vice-Presidente, a nova redacção mais cuidada, mas que não é imperativa.-----

Continuou referindo que não pode aceitar o artigo décimo primeiro, no ponto quatro, que foi objecto de uma proposta do Senhor Vereador José Manuel Cardoso e que originou uma confusão que não se entende. De seguida, leu o que estava no anterior regulamento, que lhe parecia que era isso que se pretendia referir, só que, em vez de ser o Rendimento Mínimo Nacional, era o Indexante de Apoio Social. Continuou dizendo que diz assim o número quatro “...O montante da bolsa, apurado nos termos do número 2, poderá ser reduzido, até ao limite do IAS...”, não é isto que se pretende dizer e prosseguiu a leitura, “...pode ser reduzido, caso o bolseiro receba bolsa de estudo do serviços de Acção Social da instituição e ensino superior que frequenta e a soma dessa com o valor da bolsa de estudo que do município ultrapasse o IAS...”. Entende que essa redução será efectuada de modo a que o montante global nunca ultrapasse o valor do IAS. Esta parte, deseja mesmo que seja alterada como acabou de referir. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vice-Presidente, António José Ascenção Fraga recapitulou dizendo que, no ponto numero quatro será assim então "... O montante da bolsa apurado nos termos do número 2, poderá ser reduzido, caso o bolseiro recebe bolsa de estudo dos serviços da Acção Social da instituição de ensino superior que frequenta e a soma com o valor da bolsa de estudo do Municipio ultrapasse o Indexante de Apoio Social...". -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que onde se mencionar a palavra "bolsa de estudo" tem de ser sempre entre aspas, caso contrário, um dia a Câmara poderá ser chamada à responsabilidade. -----

----- O Senhor Vice-Presidente, António José Ascenção Fraga frisou que deve ter escapado à técnica de acção social, porque se designou desta forma "bolsas de estudo". -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que irá remeter as suas correcções ao senhor Vice-Presidente. -----

----- O Senhor Vice-Presidente, António José Ascenção Fraga concordou e aditou que se reunirão a fim de aprimorarem a redacção do regulamento. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações, a fim de dar uma nova redacção ao regulamento. -----

Mais deliberou remeter para discussão pública a alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo para Frequência do Ensino Superior e propor a posterior aprovação à Assembleia Municipal, nos termos do artigo 53º e nº 2, alínea a) e artigo 64º, nº 6, alínea a), ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- A Técnica Superior, Ana Isabel da Silva Rapaz Ramos, questionou sobre se haveria deliberação expressa para a inclusão da tabela com a descrição dos actos praticados referente às aquisições de serviços – requisições. -----

----- O Senhor Presidente respondeu afirmativamente e aditou que, quando for efectuada a publicação da acta no site, não se publica esta parte, visto que sobrecarrega o mesmo. Salientou que não é para ocultar nada, mas quando for publicado no site basta referir que está anexo à acta porque, no fundo, o que importa transmitir são as deliberações. -----

Submetido a votação, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, que a tabela com a descrição dos actos praticados referente às aquisições de serviços – requisições seja incluída na acta e quando for efectuada a publicação da mesma no site, não se publica esta parte, visto que sobrecarrega o mesmo. -----

Conhecimento dos Actos Praticados por Delegação de Competências. -----

----- Foi presente a relação número onze, barra dois mil e onze dos actos praticados por delegação do Senhor Presidente. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Finanças Municipais. -----

-----Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de trezentos e seis mil, novecentos e cinquenta e sete euros e sessenta cêntimos (€ 306.957,60).-----

-----E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas e trinta e sete minutos, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim Ana Isabel da Silva Rapaz Ramos, Técnica Superior, que a redigi, em substituição de Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, conforme despacho do Senhor Presidente datado de três de Novembro de dois mil e nove.-----

